

OS SABERES DE MULHERES QUILOMBOLAS NO ENFRENTAMENTO AO RACISMO AMBIENTAL: ensinamentos para a psicologia e licenciaturas

Áquila Bruno Miranda¹
Giovana Nobre Carvalho²
Iris Raquel Dias³
Maria Cecília Jardim⁴
Simone Maria da Silva⁵
Claudia Mayorga⁶

RESUMO

Este artigo compartilha a experiência do projeto de extensão Diálogos entre Povos Indígenas, Povos Quilombolas e a Psicologia Social: pela reafirmação do direito à educação e ao território, destacando as contribuições dos saberes das mulheres quilombolas de Gesteira no enfrentamento ao racismo ambiental e na construção de uma formação comprometida com práticas de resistência e reinvenção do mundo. Desde a diretriz extensionista da interação dialógica, a metodologia adotada foi a Oficina, que contou com a participação de 22 mulheres, com idades entre 4 e 82 anos. Os encontros revelaram que as mulheres quilombolas ensinam à psicologia e às licenciaturas uma formação insurgente e contracolonial, centrada na valorização de memórias, territórios e modos de vida. A memória histórica, nesse contexto, mostrou-se uma prática pedagógica fundamental na luta contra o racismo ambiental. Concluímos que é urgente que as licenciaturas e a psicologia rompam com o modelo eurocêntrico de produção do conhecimento, ainda baseado em estruturas coloniais que silenciam, distorcem ou negam as identidades e saberes de grupos historicamente minorizados.

Palavras-chave: quilombo; desastre-crime de Fundão; feminismo negro; educação; racismo ambiental.

EL SABER DE LAS MUJERES QUILOMBAS EN EL ENFRENTAMIENTO AL RACISMO AMBIENTAL: lecciones para psicología y carreras de grado

RESUMEN

Este artículo comparte la experiencia del proyecto de extensión XX, destacándose como contribuciones de los saberes de las mujeres quilombolas de XX sin enfrentar el racismo ambiental y la construcción de una formación comprometida con prácticas de resistencia y reinvención del mundo. Desde una diretriz extensionista de la interacción dialógica, una metodología adoptada por la Oficina (Afonso, 2010), que cuenta con la participación de 22 mujeres, como entre 4 y 82 años. Os encontros revelam que as mulheres quilombolas ensinam à psicologia e às licenciaturas uma formação insurgente e contra colonial, centradas na valorização de memórias, territórios y modos de vida. La memoria histórica, en cualquier contexto, se muestra como práctica pedagógica fundamental en la lucha contra el racismo ambiental. Concluimos que é urgente que as licenciaturas e a psicologia rompam com o modelo eurocêntrico de produção do conhecimento, ainda baseado em estruturas coloniais que silenciam, distorcem ou negam as identidades e saberes de grupos historicamente minorizados.

¹ Doutoranda em Psicologia Social. Universidade Federal de Ouro Preto e Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: aquilabruno@gmail.com

² Doutoranda em Direitos Humanos. Universidade Federal de Goiás. E-mail: giovananobrec@gmail.com

³ Graduanda em Pedagogia. Universidade Federal de Ouro Preto. E-mail: irisraquel.dias@gmail.com

⁴ Graduanda em Psicologia. Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: mariaceciliajardim60@gmail.com

⁵ Liderança da Comunidade Quilombola de Gesteira (Barra Longa-MG) e graduada em Artes. Universidade de Franca. E-mail: simonebarrasilva@hotmail.com

⁶ Doutora em Psicologia Social. Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: claudiamayorga@ufmg.br

Palabras-chave: quilombo; desastre-crime de Fundão; feminismo negro; educação; racismo ambiental.

INTRODUÇÃO

Iniciamos esta escrita compartilhando as narrativas de luta e resistência das mulheres quilombolas de Gesteira, que, com o corpo enraizado na terra, defendem seus territórios das violências engendradas pelo racismo ambiental.

Em nosso quilombo⁴, as mulheres sempre estiveram à frente da luta, desde sempre; por exemplo, a história da Dona Sachiquinha de Gesteira, no tempo do período escravatório, em que havia coronéis na comunidade. Eles tinham capatazes que, constantemente, afrontavam os homens da comunidade quilombola. Sempre que esses capatazes apareciam na comunidade, eles chegavam afrontando, perseguindo, intimidando, jogando o cavalo para cima dos homens e das mulheres. O povo tinha medo deles. Um dia, Dona Sachiquinha se reuniu com as mulheres no centro da comunidade – onde havia um pilão, no qual elas pilavam café, arroz e milho – e, em uma roda de conversa, disse: *“Deixa que nós vamos resolver essa situação. Os homens podem sair, ficar tranquilos, que somos nós que vamos resolver isso”*, e combinou tudo com as demais mulheres. Quando o capitão do mato chegou afrontando, jogando o cavalo para cima, ela pegou uma mão de pilão – instrumento usado no preparo dos alimentos, mas que, naquele momento, se transformou em arma de defesa para proteger os seus, sua comunidade – e acertou o capitão do mato com uma “pilãozada”. O cavalo deu uma pirueta e acabou atingindo o homem. A partir daquele dia, a valentia do capitão do mato acabou. Desde então, as mulheres sempre estiveram à frente, num processo bonito de resistência, luta e defesa da comunidade. E, quando começamos a buscar a certificação, as mulheres se tornaram mais empoderadas e mais entendidas. Hoje, da bisavó à criança mais nova, todas participam ativamente da luta, do processo de fortalecimento, resistência e resiliência.

Neste artigo, buscamos compartilhar a experiência do projeto de extensão Diálogos entre Povos Indígenas, Povos Quilombolas e a Psicologia Social: pela reafirmação do direito à educação e ao território, enfatizando as contribuições dos saberes das mulheres quilombolas de Gesteira no enfrentamento ao racismo ambiental e na construção de uma formação comprometida com saberes e fazeres para adiar o fim do mundo (Krenak, 2020). A iniciativa

⁴ Este relato de experiência foi construído em parceria com uma liderança quilombola da comunidade de Gesteira. Em reconhecimento à centralidade de suas vozes e saberes, optamos por manter, em alguns trechos, a fala da liderança em primeira pessoa. Além disso, como ela é coautora deste texto, optamos por não identificar o nome da comunidade quilombola neste momento de avaliação.

extensionista, articulada com a pesquisa e o ensino, é fruto da parceria interinstitucional entre a Universidade Federal de Minas Gerais, a Universidade Federal Ouro Preto e a Comunidade Quilombola de Gesteira.

Para isso, apresentamos o encontro de múltiplos olhares sobre as experiências da Comunidade Quilombola de Gesteira após o desastre-crime do rompimento da barragem de Fundão, em Barra Longa (MG), no ano de 2015. Ao longo da escrita, buscamos tecer uma narrativa polifônica atravessada pelos saberes-fazeres de mulheres negras e quilombolas extensionistas, em que a confluência de diferentes papéis, como pesquisadoras, professoras, estudantes e liderança comunitária, constitui-se como um potente dispositivo para a construção de pontes e alianças entre a Universidade e os desafios e resistências vivenciados no território atingido, pautados no compromisso com a construção de uma teoria e prática comprometidas com saberes contra-hegemônicos, apresentando os instrumentos de resistência ao epistemicídio, engendrado pelo racismo ambiental.

A comunidade quilombola de Gesteira, situada às margens do Rio Gualaxo do Norte, no município de Barra Longa, tem suas raízes ligadas às primeiras ocupações coloniais em Minas Gerais. No dia 5 de novembro de 2015, a comunidade foi um dos territórios atingidos pelo desastre-crime do rompimento da Barragem de Fundão das empresas Samarco, Vale S.A e a anglo-australiana BHP Billiton.

O crime socioambiental se estendeu por cerca de 650 quilômetros, atravessando Minas Gerais até alcançar o litoral do Espírito Santo, contaminando os rios Gualaxo do Norte, Rio do Carmo e, posteriormente, o Rio Doce. O desastre-crime causou 19 mortes, um aborto e impactou negativamente a vida de aproximadamente cinco milhões de pessoas. Para as pesquisadoras latino-americanas Débora Rosa e Claudia Mayorga (2023), o rompimento da barragem revela a violência, tanto material quanto simbólica, gerada pelo sistema capitalista, a qual deu origem a novas formas de violência, institucionais, psicossociais, de gênero e raciais, afetando profundamente a trajetória de vida de milhares de indivíduos.

O impacto do desastre-crime ultrapassou a perda de bens físicos: alterou de maneira significativa as relações simbólicas e afetivas que os moradores historicamente estabeleceram com o território. Ao escutarmos as narrativas das mulheres de Gesteira, compreendemos que a conexão com a terra, as alianças com os seres e elementos dos ecossistemas locais e as práticas que sustentam modos de vida singulares foram profundamente abaladas. Ainda assim, a comunidade persiste, mantendo a identidade coletiva por meio dos festejos, danças, arte, vestimentas e alimentos.

A história do Brasil carrega profundas marcas da violência exercida sobre o corpo-território das populações negras, prática que sustentou a manutenção do racismo ambiental. De acordo com a intelectual negra Dulce Pereira (2023), o racismo ambiental pode ser visto como uma ferramenta da colonialidade para a concretização do racismo estrutural. A marginalização, os deslocamentos forçados, a expulsão de territórios tradicionais, a exposição a substâncias tóxicas e poluentes, além da desvalorização dos saberes ancestrais, constituem formas de exercício de poder e epistemicídio que afetam diretamente as populações indígenas e negras.

Diante desse contexto, buscamos compartilhar aqui os ensinamentos e provocações gerados pelo diálogo com as mulheres quilombolas de Gesteira, tecidos em uma oficina junto às mulheres da comunidade, com a finalidade de construir uma formação em psicologia e pedagogia que se comprometa com as lutas e saberes dos povos tradicionais. O artigo está organizado em três partes: a primeira apresenta o percurso metodológico, considerando a proposta da oficina; na segunda, compartilhamos os diálogos entre as memórias e os saberes das mulheres quilombolas de Gesteira e as intelectuais negras Sueli Carneiro e Patrícia Hill Collins; e, por fim, na terceira parte, destacamos os aprendizados construídos a partir do encontro com as mulheres da comunidade quilombola.

1 Nossas andanças e encontros: tecendo caminhos metodológicos

A oficina realizada na Comunidade Quilombola de Gesteira no dia 15 de fevereiro de 2025, intitulada “Comunidade Quilombola e racismo ambiental: tecendo saberes e memórias”, teve como objetivo promover um espaço de troca de saberes, fortalecer os vínculos entre as participantes e refletir sobre a ancestralidade e as lutas vividas pela Comunidade. Organizada com base na metodologia de oficina em dinâmica de grupo, proposta por Lúcia Afonso (2010), a atividade foi estruturada para garantir a participação ativa das mulheres quilombolas e a valorização de suas memórias e experiências.

O Encontro foi mediado por uma psicóloga, uma advogada popular, uma estudante de pedagogia e uma estudante de psicologia. A atividade aconteceu no espaço comunitário da Associação Quilombola e contou com a participação de 22 quilombolas, com idades entre 4 a 82 anos. Para a condução da dinâmica, a oficina foi dividida em quatro etapas distintas, que permitiram um aprofundamento das relações, das vivências e da construção coletiva de conhecimento.

Na primeira etapa, nomeada como **sensibilização**, buscamos acolher as participantes e construir um ambiente de confiança e respeito mútuo. A proposta inicial foi que cada

participante se apresentasse, com um foco na sua origem familiar, algo que é tradicional nas comunidades quilombolas. A orientação para a apresentação foi: “Nas comunidades quilombolas, muitas vezes, somos reconhecidas por nossa origem familiar. Por isso, gostaríamos que vocês compartilhassem seus nomes e filiação, como no exemplo: ‘Sou fulana filha de ‘Maria da quitanda’ e ‘João sapateiro’”. Esse momento de apresentação, além de criar um vínculo inicial, também resgatou a importância da identidade e da ancestralidade na cultura quilombola.

Na segunda etapa, **o momento intermediário**, as participantes foram divididas em grupos de 4 a 5 pessoas e receberam a tarefa de representar, por meio de esculturas de argila, um evento ou momento significativo para a comunidade de Gesteira. O tema central foi a memória, e as participantes foram incentivadas a refletir sobre os elementos que fortalecem a identidade e o território quilombola.

A apresentação por meio do “Rio da Vida”, terceiro momento da oficina, foi marcado pela simbologia do “rio”, um elemento central na cultura quilombola, que gera alimento, trabalho, lazer, fluidez, movimento e cuida tanto do corpo quanto da espiritualidade. Para isso, no centro do espaço, foi montado um “rio simbólico”, onde as participantes posicionaram as esculturas de argila criadas na etapa anterior. A proposta era que, ao escolherem um lugar no “rio” para suas esculturas, pudessem compartilhar o significado do evento ou momento representado e a importância dele para a Comunidade. Já na última etapa, **a avaliação**, foi realizada uma reflexão coletiva sobre as experiências compartilhadas ao longo da atividade.

2 O entrelaçar da memória coletiva, ancestralidade e educação: compromissos para a construção de mundos possíveis

O conhecimento, em sociedades marcadas pela herança das violências sistêmicas do colonialismo, é comumente utilizado como uma ferramenta de manutenção de hierarquias entre grupos sociais distintos. Os saberes validados como reais são aqueles construídos e operacionalizados pelos grupos dominantes, detentores do poder político e econômico.

A autora feminista negra Patricia Collins (2019) dialoga com o conceito de *ponto de vista* (*standpoint view*) para afirmar que as experiências de grupos subjugados, como as mulheres negras, serão a base para a construção de uma epistemologia alternativa, que valide e valorize o conhecimento (acadêmico ou não) de um grupo social que compartilha experiências geradas por uma mesma estrutura de opressões. No entanto, a autora enfatiza que

o ponto de vista não é sobre indivíduos e, sim, sobre o coletivo de um grupo social, considerando que as experiências individuais podem ser diferentes, mas que existem semelhanças na experiência enquanto grupo que compartilha determinadas opressões (como gênero, classe, raça e etnia).

Essa epistemologia alternativa se faz necessária, uma vez que se pretende consoante ao que elabora Sueli Carneiro (2005) sobre o epistemicídio. Para a autora, esse é um dos métodos pelos quais o dispositivo de racialidade/biopoder opera no contexto das relações sociais no Brasil, construindo uma dinâmica de deslegitimação da pessoa negra como portadora e produtora de conhecimento, ao passo que naturaliza que sejam tratadas como “objeto” de pesquisa e não como sujeitos. Desse modo, as experiências das mulheres quilombolas atingidas pelo desastre-crime do rompimento da barragem de Fundão, informam e formam sobre a construção de agências para resistir à colonialidade do saber que invisibilizam suas narrativas.

Compreendo, como liderança da comunidade quilombola de Gesteira, que a educação quilombola é fundamental para as lutas após o rompimento da barragem. Sem o conhecimento tradicional, não seria possível que as mulheres resistissem ao longo desses anos, porque a maioria das mulheres da comunidade, mães, avós, bisavós e tataravós, não tiveram acesso à escola. Muitas dessas não sabem ler, não sabem escrever, mas estão ali participando do processo. Elas são as educadoras populares, com seu conhecimento de território, com seus conhecimentos das plantas, da cultura, da forma de plantar, de preparar os alimentos, sabendo identificar qual chá é para *isso*, qual verdura auxilia para um tratamento *daquilo* e o que uma pessoa não pode comer. Essas mulheres não tiveram acesso ao primeiro grau, nem ao Ensino Fundamental I, mas dão aula, nos ensinam. Elas, também, não tiveram acesso às universidades, mas tiveram acesso ao conhecimento local, que foi passado de geração em geração; por isso, precisamos falar de educação quilombola e trabalhar o conhecimento nas comunidades.

Em nossa Comunidade, são utilizados vários instrumentos para preservar nossa história, como, por exemplo, o cultivo dos chás medicinais, os alimentos, a troca de sementes e tantos outros. Em nosso território, embora sempre tenhamos tido o cuidado com a semente-crioula, não entendíamos que a pessoa que cultivava e guardava aquela semente, ou seja, que fazia o processo da troca, de separação da primeira semente e que cuidava dela, era chamada de “guardião da semente”. Foi a partir do processo de luta, de educação e de resistência que entendemos que a nossa comunidade sempre foi guardiã da semente-crioula. Penso, com isso,

que a forma de preparar os alimentos, seus tipos, os instrumentos e utensílios de manejo são um meio de preservar a memória da nossa Comunidade.

Nesse sentido, bell hooks (2013) narra sobre a importância dos conhecimentos arraigados na experiência na prática de uma pedagogia capaz de ouvir vozes diversas. Em sua elaboração, ensina-nos que determinados pontos de vista só conseguem ser apreendidos pelo que chama de “paixão da experiência”, conceito que aponta para a memória como método válido para repassar conhecimentos adquiridos pela experiência.

Hoje, é através do nosso exuberante grupo de dança Fênix que conseguimos passar para as nossas crianças a importância de preservar a memória, sendo a dança um dos instrumentos mais fortes que temos hoje, pois ela representa nossa cultura. Por meio da dança, repassamos o que aconteceu, por que somos quilombolas e a história do nosso povo. Todas as crianças, até as menores, querem participar do grupo Fênix, hoje com quase 50 integrantes.

Diante disso, podemos dizer que a memória coletiva das mulheres quilombolas informa sobre um conhecimento local gerado pelas experiências e saberes desse grupo, que é repassado de geração em geração. Essa prática desafia as dinâmicas impostas pelo epistemicídio e é uma das agências realizadas na luta em defesa do território e contra o racismo ambiental.

3 Como as memórias das mulheres quilombolas de Gesteira interpelam e formam as licenciaturas e a psicologia?

Nosso encontro com as mulheres da comunidade quilombola, enquanto estudantes de pedagogia e psicologia, convoca-nos a revisitar criticamente os modos como nossas formações têm abordado os conflitos socioambientais e os processos históricos de subalternização dos saberes e práticas quilombolas. A partir da oficina, partilhamos dois aprendizados que consideramos essenciais para a construção de estratégias coletivas que contribuam para o enfrentamento do racismo ambiental.

3.1 As mulheres quilombolas de Gesteira nos ensinam sobre uma formação insurgente e contracolonial

Como aponta Martín-Baró (1997), aprender não é só elaborar e reforçar uma sequência de estímulos e respostas, mas estruturar uma forma de relação da pessoa com seu meio, configurando um mundo onde o indivíduo ocupa seu lugar e materializa seus interesses sociais. Do mesmo modo, o nosso processo de formação nos cursos de pedagogia e

psicologia na América Latina demanda uma construção de saber pautada na coletividade e no resgate identitário, baseada na historicidade cultural e ancestral.

O filósofo negro camaronense Jean-Godefroy Bidima (2002, p. 7) nos lembra que “[...] não podemos entrar na filosofia, assim como na vida, senão misturados(as) a uma história que nos precede e enredados em histórias que se tecem em torno e sobre nós. Histórias nas quais se sondam nossas próprias constituições e situações”. Essa reflexão nos interpela diretamente enquanto sujeitos em formação nas áreas da pedagogia e da psicologia, que assumirão, em seus futuros fazeres, o enfrentamento das injustiças ambientais produzidas por sistemas e estruturas forjados no colonialismo. O reconhecimento dessa teia histórica e cultural nos convoca a questionar as formas como a Psicologia e as Licenciaturas, enquanto campos de saber, ainda reproduzem lógicas de exclusão, silenciamento e não reconhecimento das vozes de grupos historicamente subalternizados.

Nesse contexto, durante a oficina com as mulheres quilombolas, observamos que suas memórias e tradições ancestrais apresentam uma formação horizontal do saber, em que todas as pessoas da comunidade, independentemente da idade, são identificadas como agentes de produção e transformação dos conhecimentos e viveres, com a responsabilidade de ensinar, partilhar e aprender. Apesar das marcas produzidas pelo desastre-crime, notamos que é por meio dessas trocas, diálogos e cuidados que são resgatados e afirmados o reconhecimento entre elas enquanto comunidade quilombola, os sentimentos de pertencimento ao território, as memórias intergeracionais e a potencialização dos saberes como vanguarda da organização contra o racismo ambiental.

Por meio dessa horizontalidade, a formação prática da Psicologia e da Pedagogia se descentraliza da hegemonia eurocêntrica que, por sua vez, “não consegue” fornecer explicações, fundamentos lógicos ou práticas preventivas e curativas para o próprio povo a que se destina oprimir (Núñez, 2022). Desse modo, questionamos a forma como a academia segue aliada à colonialidade, priorizando métodos eurocêntricos de produção do saber que negam a legitimidade do conhecimento produzido por mulheres quilombolas e outros grupos historicamente dominados que passam a ser ignorados como sujeitos de conhecimento (Carneiro, 2005).

Dessa forma, a circularidade do saber presente em Gesteira aliada ao resgate da memória histórica após diversas tentativas de apagamento identitário por parte de agentes externos, como as empresas responsáveis pelo desastre-crime, revela como o retorno ao coletivo e a busca pela memória da terra-território se mostram como caminhos de aprendizado

contrários à lógica colonial, que, por meio do epistemicídio, deslegitima produções de conhecimento vindas de povos historicamente oprimidos e defende perspectivas individualizantes justamente para que a força presente nas construções em rede seja reprimida.

Diante disso, torna-se urgente construir, fortalecer e expandir modos de atuação comprometidos e sustentados por uma prática ética e contracolonial, que se oponha à lógica individualizante e que se comprometa com saberes coletivos e corporificados. Além disso, que considerem, em suas metodologias e intervenções, o movimento e a centralidade dos fatores biopsicossociais na constituição das existências.

3.2 Memória histórica é prática pedagógica de resistência contra o racismo ambiental

Por meio da proposta de representação em grupo de momentos significativos, as mulheres, trabalhando na modelagem, transformação e criação de objetos de argila, representaram tachos onde as comidas eram preparadas para grandes coletivos e famílias. A dinâmica proporcionou narrativas que produziram partilhas sobre a alimentação proveniente dos trabalhos na lavoura e do cultivo de sementes crioulas, sobre as possibilidades de irrigação através do rio e o quanto o desastre-crime, epistemicida, da barragem de Fundão, lesou significativamente esses trabalhos, varrendo boa parte da materialidade dessas memórias e dificultando a possibilidade de preservá-las.

Nesse encontro, esculturas de bules, chaleiras, marmitas e panelas de pedra foram moldadas e calçaram um debate virtuoso sobre ditados populares, momentos coletivos e os saberes medicinais no uso das plantas e hortaliças em nome do vigor, da saúde e da proteção do corpo-território, da cultura e da terra da comunidade. Esses saberes e movimentos, moldados e tecidos nessa experiência e no modo de se colocar no território, no mundo e nas relações, sugerem uma nova organicidade na relação que os campos das licenciaturas e da psicologia estabelecem com o corpo-território, reconhecendo, na prática de cunhar e modificar conceitos, de explicar seu lugar e prover ‘novos’ enunciados e formas de se colocar, modos do fazer contracolonial.

Essas mulheres, sua matripotência, histórias e memórias, corpos e territórios, nos sugerem a construção de psicologias e pedagogias que forjam encontros e desencontros capazes de dismantelar a estrutura colonial e produzir consciências universais que não são forjadas a partir de um pensamento único e que respeitam e propõem metodologias que consideram o movimento presente nas temporalidades espiraladas. A experiência de manusear

a argila por entre os dedos produziu movimentos que geraram esculturas-memórias dos saberes dessas mulheres.

O território de Gesteira guarda, em suas raízes, nascentes, minérios e seivas, a memória da preservação das árvores e das sementes de vida dessas mulheres e de suas ancestrais. Ele é e carrega o poder de criar representações naturais e artesanais desses saberes, assim como fizeram as mulheres ao moldar a argila em gestos de memória e criação. O desastre-crime da barragem de Fundão despertou, nessas mulheres, uma tromba d'água que ganha força e potência em suas terras e frutos, para lutar por elas, suas memórias e corpos-territórios. Tromba d'água que faz da memória a força que um dia existiu e que se reinventa como escola de saberes, educações e possibilidades de formação do que somos e ainda seremos, um rio fluido, cristalino, nascente, pungente e em continuação.

Considerações finais

A partir do que foi compartilhado, compreendemos que as Licenciaturas e a Psicologia, enquanto campos de formação, precisam romper com o modelo eurocêntrico de produção de conhecimento, historicamente sustentado por estruturas coloniais que definem, legitimam ou negam identidades de grupos minorizados. Na comunidade quilombola de Gesteira, presenciamos outra lógica de saber: uma circularidade na qual mulheres mais velhas e mais jovens compartilham experiências, memórias e desejos interrompidos pelo desastre-crime. Esse acontecimento gerou não apenas perdas materiais, mas também um luto identitário profundo, que é transformado em luta pelas agências realizadas, cotidianamente, pelas mulheres da Comunidade. É nesse cenário que a busca pelo reconhecimento enquanto comunidade quilombola atingida surge como movimento de resistência e retomada de direitos e saberes.

A convivência com essas mulheres nos mostrou que há aprendizados que não cabem em livros e nem em teorias descoladas da vida: eles brotam da oralidade entre gerações, das refeições partilhadas, dos cuidados cotidianos, do contato com a terra-território e dos gestos herdados.

Referências

AFONSO, Lúcia M. **Oficinas em dinâmica de grupo: um método de intervenção psicossocial**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

BIDIMA, Jean-Godefroy. **Da travessia: contar experiências, partilhar o sentido**. Rue Descartes, n. 36, p. 7-17, fev.-20

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Tese – (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, USP. São Paulo, 2005.

COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento feminista negro**. São Paulo: Boitempo, 2019.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. O papel do Psicólogo. **Estudos de Psicologia**, Natal, 2(1), p. 7-27, jan. 1997.

NÚÑEZ, Geni. Efeitos do binarismo colonial na Psicologia: reflexões para uma Psicologia anticolonial. Livro Psicologia Brasileira na luta antirracista. **Conselho Federal de Psicologia e Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia**, v. 1, p. 49-61, 2022.

PEREIRA, Dulce. **Racismo ambiental: uma das materializações do racismo estrutural**. [S. l.]: Memória Feminista Antirracista, 2023. Disponível em: <https://memoriafeminista.com.br/racismo-ambiental-uma-das-materializacoes-do-racismo-estrutural/>. Acesso em: 14 maio 2025.

ROSA, D. D. da; MAYORGA, C. Impactos psicossociais do rompimento da barragem da Samarco, Vale e BHP Billiton em Mariana/MG. **Barbarói**, [s. l.], n. 62, 29 mar. 2023.